

Passages de Paris, nº 22/23 (2021.2022)

**ORDEM, PROGRESSO E CATÁSTROFE: SOBRE A PERTINÊNCIA DO
ENSAIO “A FRATURA BRASILEIRA DO MUNDO”, DE PAULO EDUARDO
ARANTES**

Thiago CANETTIERI (UFMG)

PRELÚDIO

O ensaio “A fratura brasileira do mundo”, de Paulo Eduardo Arantes, foi publicado pela primeira vez, em 2001, no livro *Polarização mundial e crescimento*, organizado por José Luís Fiori, lançado como parte da coleção Zero à Esquerda, da Editora Vozes. Em 2004, o texto foi reeditado numa coletânea de textos do autor pela Coleção Baderna, dessa vez pela editora Conrad. A editora 34, em 2023, editou novamente o texto num livro unicamente com o ensaio e com um longo posfácio de Marildo Menegat. Entretanto, a origem do texto é mais sinuosa do que sua história de publicação. O texto, na verdade, foi uma encomenda. Professores franceses e brasileiros, reunidos na França, conceberam uma publicação sobre o Brasil na virada de 1999 para 2000. A ideia era “apresentar” o Brasil — ou melhor, narrar os descaminhos do país no fim de século — aos franceses.

Paulo esboçou o texto, cumprindo a encomenda. Apresentava Antônio Candido e Roberto Schwarz ao leitor francês e desenhava ao seu ex-futuro leitor o quadro do pensamento filosófico brasileiro que olha e reflete sobre a (de)formação nacional brasileira. Entretanto, como se sabe, mais frequente do que se espera, o projeto de livro foi abortado. O ensaio não teve outro caminho senão a gaveta. Ao retornar para o Brasil, Paulo recuperou-o e se propôs a colocar no papel aquilo que tinha para ser dito. E, assim, escreveu um capítulo sobre as “fraturas francesas”. Agora, sua intenção era, de alguma maneira, o inverso: apresentar a França aos brasileiros — o que aparentemente deveria ser menos trabalhoso de fazer, pois o que estavam produzindo na França naquele momento dava notícias de certa convergência com o cenário brasileiro. Por fim, a cereja do bolo. A descoberta do termo “brasilianização”. Por acasos da vida intelectual, chegou até Paulo o livro *The next American nation*, do ensaísta Michael Lind. Nesse livro, Lind expõe que a “próxima nação americana” se assemelhará com o Brasil — ou, mais precisamente, a nação americana já está em vias de se “brasilianizar”.

O ensaio apresenta um breve rastreo panorâmico dessa noção com as cidades dualizadas americanas, a desindustrialização do Ocidente, a desagregação social e encontra outras referências como em Ulrich Beck. O que importa é: “brasilianização” é um termo inventado pelos gringos para designar um processo de colapso.

Fenômeno curioso: o país do futuro passou a ser visto como o futuro do mundo. Todavia, não como aparecia na promessa de Stefan Zweig — na verdade, o sinal havia sido trocado.

I

Cenas para uma catástrofe

Gostaria de começar este brevíssimo ensaio reivindicando a atualidade do ensaio em questão, “A fratura brasileira do mundo”, de Paulo Arantes, com três recortes de algumas produções culturais recentes. A meu ver, esses fragmentos podem, cada um à sua maneira, dar um testemunho sobre a validade dos argumentos apresentados por Paulo há vinte anos. Claramente, esta listagem não é extensiva.

- i. Na peça *Escombros da Babilônia*, na montagem de 2017, do coletivo de teatro Luiz Estrela, de Belo Horizonte, uma das cenas mais chocantes é quando, de dentro de um saco preto, algo começa a se debater no meio da plateia. Os personagens parecem intrigados, andam em torno do saco e se perguntam: “É homem? É bicho? É coisa?”. A curiosidade dá lugar à violência, sem que façam questão de descobrir o que está dentro do saco — se está ali, boa coisa não é, e, se boa coisa não é, não faz mal desferir alguns pontapés. Começam então a vilipendiar o saco preto e o que quer que esteja dentro dele. Chutam e socam a esmo, sem ideia do que possam estar acertando. A peça não revela o conteúdo do saco, mas talvez possa servir de alegoria para o novo papel que a violência desempenha na organização desta sociedade em frangalhos que o Brasil se tornou.
- ii. Tomando *A extinção das abelhas* — fenômeno que dá nome ao livro — como processo sintético do colapso social, Natalia Borges Polessio apresenta não um texto de *distopia*, mas de um realismo quase que direto e imediato. O pouco de exagero que há nele deve ser lido como um meio para veicular a

verdade, procedimento *adorniano* por excelência. Um desses exageros é a inauguração de um *colapsômetro*, que serviria como “medida de proteção e segurança planetária” — não é por acaso que o tal termômetro do fim está localizado em Davos. As previsões da aceleração do colapso, escreve a autora, estavam desanimando as populações e *isso era muito ruim*, para a economia é claro — ciência que se vende como o cúmulo da objetividade positivista, mas não passa de promessas. Assim, os milhares de índices sobre o colapso civilizacional, incluindo aí a velocidade da extinção das abelhas, foram sintetizados em um termômetro, de forma que todos poderiam monetarizá-lo por um aplicativo em seus celulares. Dar a estrutura de um espetáculo ao colapso parece prevenir contra o desânimo geral — e desânimo é algo muito ruim para os mercados.

- iii. Há um curta-metragem de 2016 muito interessante, dirigido por Luisa Marques e Darks Miranda. O curta, definido por Luisa, é uma “ficção científica do passado” que explora as conexões entre dois projetos de nação forjados para o Brasil em meados do século XX: o imaginário tropical e o modernismo tardio. O interessante — e o que informa o título do curta, “Maldição tropical” — é a aparição de um fantasma ao final do filme. O “espírito” é precário, malfeito até, vestido com uma coroa de abacaxi que parece remeter a Carmen Miranda, e pode ser entendido como o elemento brasileiro que assombra o mundo. Gestado de dentro da modernidade disruptiva brasileira, esse fantasma que assombra parece ter se tornado o índice de um futuro próximo. Um espectro ronda o mundo: o espectro da precariedade.

Queimando etapas

Nossa *formação nacional* foi calcada numa espécie de síntese negativa dos dois polos antagônicos da modernidade: *civilização & barbárie*. Parecem estar presentes em solo nacional os instrumentos e equipamentos necessários para construir o laboratório da dialética do esclarecimento.

Nossa entrada turbulenta no processo de planetarização do capital se deu com a manutenção de uma brutal desigualdade. Terreno de colônia onde se fez valer, antes da nação, antes do Estado e antes do mercado, a lei ferrenha da mercadoria. Um território de valorização do valor assentado na mais brutal exploração — e só. Nossa tentativa, bem-intencionada, de teor quase iluminista — embora visivelmente anacrônica —, de fazer um *catching-up* revelou-se uma corrida de obstáculos desigual, não obstante a meta fosse constantemente recolocada, como uma miragem (ou uma cenoura na frente do burro): promessa de modernização. Para os otimistas de plantão, deveria ser uma questão meramente de tempo para que nossa nação finalmente completasse seu percurso em direção ao desenvolvimento. Por exemplo, a Cepal afirmava que a condição subalternizada da economia dependente das ex-colônias impunha a deterioração dos termos das trocas, provocando o atraso característico dos territórios coloniais. Para estes, seria possível uma forma de industrialização — estado-centrada — capaz de reverter a situação, o que, efetivamente, passou a ser feito pelos governos nacionais de Vargas a Kubitschek. Entretanto, tal esforço de desenvolvimento era uma corrida sem fim, um constante processo para tentar alcançar o inalcançável. Mesmo assim, a engrenagem nunca parou de rodar — não fazia parte dos planos acionar o freio de emergência. A crença cepalina de uma inversão da deterioração dos termos da troca não passava de um ato de fé. E, nessa corrida sem fim de um movimento tautológico baseado na fé, foi necessário o emprego brutal de violência pelos agentes do Estado como forma de disciplinamento e coerção para garantir Ordem e Progresso — só grafar na bandeira nacional não era garantia de que ocorressem.

A constituição do mundo do trabalho no Brasil produziu, nos termos de Caio Prado Júnior (2011 [1942]), os inorgânicos: aqueles que ficaram às margens do desenvolvimento propriamente capitalista. No entanto, logo essa extensão inorgânica foi incorporada como elemento constitutivo fundamental do progresso nacional, quando foi funcionalizada pela economia industrial em ilhotas de nichos de desenvolvimento precário.

Novamente, o mesmo uso do expediente anterior, violência nua e crua, foi usado para amalgamar as relações sociais do capitalismo propriamente moderno e industrial. O processo de territorialização e aclimatação do capital cá nos trópicos dependeu, portanto, de certas práticas para a gestão de uma parcela significativa da população que, supostamente, havia se tornado de sujeitos monetários, mas com as condições de sua

existência monetarizadas completamente barradas pela própria constituição do mercado. Foi nesse sentido que o olhar arguto e perspicaz de Chico de Oliveira (2003 [1972], pp. 32–33), em *sua Crítica da razão dualista*, captou uma dialética específica da periferia capitalista.

O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “trânsito”, portanto, para formas mais avançadas e sedimentadas deste; sem embargo, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo.

Estruturalmente, o subdesenvolvimento é produzido (e constantemente reproduzido) pelas forças econômicas da dominação, que fazem com que o país se desenvolva, sem, no entanto, superar sua condição subalterna. Esta é constantemente recolocada pela dinâmica da acumulação capitalista. O terceiro surto industrializador que impulsionou um desenvolvimento periférico já estava sob as bases da moderna tecnologia de maquinarias pesadas altamente poupadoras de força de trabalho.

Situação paradoxal, o que, evidentemente, não deixa de ornar com a formação nacional que já vinha se desenhando desde muito tempo em território brasileiro. Tratava-se de administrar, em um mesmo golpe, a imposição brutal do trabalho — como forma exclusiva de mediação social e de existência das massas que se urbanizavam — e a exclusão de uma parcela dessas massas das formas elementares de existência social, de direito e dos mais modestos postos de trabalho.

A coisa não parou de degradingolar. Em nosso fim de século, no diagnóstico de Schwarz (1999), ocorreu o mais zeloso trabalho de desmanche. Estruturalmente, o emprego na indústria, nos bancos, nas empresas estatais e no setor público em geral encolheu drasticamente como resultado direto dessas políticas. De 1988 a 1998, 1,7 milhão de empregos formais foram perdidos na indústria, 500 mil nos bancos e 450 mil em empresas estatais privatizadas. Nos âmbitos federal e estadual, foram perdidos cerca de 300 mil empregos na administração direta e, se considerarmos aí também a administração municipal, mais de 900 mil empregos foram destruídos. Levando-se em conta toda a economia, a perda de empregos registrados foi de quase 2,4 milhões, e oito de cada dez novos empregos criados no período foram informais, ficando fora do alcance do movimento sindical. O mercado formal de trabalho encolheu de 56% para

40% da população ocupada entre 1990 e 1999. A taxa de desemprego praticamente dobrou no período (CARDOSO, 2014).

Essa esculhambação total pareceu ser revertida por um breve período. Parecia ter caído dos céus uma dádiva — não demorou muito até descobrirmos que não foi dos céus nem uma dádiva: foi o chamado *boom* das commodities. O vertiginoso crescimento da China a partir dos anos 2000 foi uma explosão, de alguns megatons, que abalou o cenário da geopolítica e da economia internacional. A economia chinesa se modernizou, absorveu a produção das mercadorias de boa parte dos outros países e cresceu na primeira década do século XXI mais de 12% em média. Para tanto, foi necessário alimentar o grande dragão chinês com matérias-primas que vieram de várias partes do mundo, o Brasil incluído. Sob a euforia irônica de se tornar, novamente, um país agrominerário exportador, o Brasil ampliou as explorações das minas, aumentou o desmatamento para o agronegócio da soja e para as pastagens. A gestão petista pôde se aproveitar de uma situação da economia mundial favorável para um país periférico, dependente e de tamanhos continentais. Sua base exportadora alimentava o crescimento e foi aproveitando essa onda das commodities que o Governo Lula pôde surfar relativamente bem. A exportação das commodities implicou uma inversão do déficit da balança comercial brasileira, permitiu um crescimento consistente e desenvolveu o mercado interno, com um forte impacto no mercado de trabalho. Tal artifício, todavia, tinha vida limitada. O Governo Lula, nesse cenário, usou o fundo público mobilizado pelo Estado para financiar o setor privado do país, formando os chamados campeões nacionais. Esse dinheiro não era para outra coisa senão para equipar as empresas nacionais para continuar provendo o mercado internacional, em especial o setor do agronegócio, das carnes, da mineração e da infraestrutura e construção civil. Essa foi uma ampla tentativa de Lula para construir, de maneira um pouco mais coerente, o empresariado nacional.

Ao mesmo tempo, foi erguido todo um aparato de políticas públicas para a gestão das populações, aparato esse que funcionava, como lembra Silvia Viana, como construção de diques — uma forma atabalhoada de conter a barbárie que já vinha esquentando na rapa do tacho. Para um mundo em colapso, é possível entender a empolgação de quem via o Brasil finalmente decolar, como representado pela capa da revista *The Economist* de novembro de 2009. O otimismo, porém, não era em razão da possibilidade de integração ou inclusão que o crescimento poderia promover. Esse sonho já havia sido sonhado e, no século XXI, não havia mais espaço para a esperada sociedade do

trabalho. Tratava-se de outra coisa, a saber, do desenvolvimento de um “arsenal” de políticas para a gestão da barbárie pela administração dos inintegráveis. Esse, como se sabe, é o sonho de instituições do Banco Mundial — prover soluções compensatórias por meio do endividamento constante dos Estados para a concepção de políticas sociais que amparem a desintegração social em curso. Talvez essa fosse a *brasilianização do mundo* que muitos esperavam.

Um país a pique

No entanto, não foi isso que ocorreu — e Arantes, em 2001, já parecia ciente desse fato. O Brasil anunciava uma novidade. Já não havia mais possibilidade de uma sociedade burocrática do consumo dirigido, como constatou Henri Lefebvre (1992 [1968]) se referindo às sociedades do capitalismo avançado do pós-Segunda Guerra. Claro que, a bem da verdade, essa forma de regulação social nunca chegou à periferia. O que importa é que o Brasil tem sido o arauto de um novo tipo de sociedade que eu venho chamando de *sociedade securitária do colapso administrado* (CANETTIERI, 2020). Isso significa reconhecer que a racionalidade do Estado que passa a ordenar a totalidade social não é mais uma burocracia voltada à regulação da produção de mercadorias e a seu consumo dirigido. Trata-se da entrada em um regime de urgência que implica a adoção, por parte do Estado, de uma gestão securitária. A tônica da ação estatal, hoje, é deslocada da burocracia para a segurança. Mas isso se tornou uma necessidade objetiva à medida que os pilares da modernidade capitalista começaram a ruir, colocando toda a sociedade em um ritmo de colapso. Esse colapso, que não pode ser impedido, é apenas administrado, com escoras feitas aqui e acolá como forma de retardar o processo, mas não com o objetivo de impedi-lo. Seria impossível.

Trata-se de um indelével colapso da modernização, na expressão de Robert Kurz (1993 [1991]), resultado da combinação entre desenvolvimento das forças produtivas, racionalização da produção, salto de produtividade e ficcionalização de um dinheiro sem valor. Segundo Kurz, a principal fonte de sofrimento na aurora do século XXI — e que vem se confirmando ano após ano — não é a exploração capitalista do trabalho nem a experiência inautêntica de um consumo dirigido. Na verdade, é a ausência de ambos. Em suas palavras, “o sistema da mercadoria moderna chegou ao fim, e junto com ele a

subjetividade burguesa do dinheiro, porque esse sistema, na área da produtividade, passou de seus próprios limites e já não consegue integrar a sua lógica à maioria da população mundial” (KURZ, 1993 [1991], p. 197). Todavia, é preciso pontuar: chegar ao fim não significa terminar por completo. É possível a perpetuação da sociabilidade colapsada, reproduzindo-se num cenário ruiforme, soterrada pelos escombros do que uma vez foi o sonho da modernização. Portanto, é preciso refletir quanto à especificidade dessa forma de vida depois do seu fim. Tal qual um morto-vivo, ela continua a assombrar. Essa condição póstuma da modernidade é um dos elementos da nossa condição periférica que se universaliza.

O que interessa aqui é perceber como a continuidade de algo decadente é possível. Vemos, com o capitalismo de fim de linha contemporâneo, o aumento das populações entregues às erosões das várias precarizações em curso: da forma de morar, de trabalhar, de se alimentar etc., enfim, de se viver. O Estado também, nessas condições e tomado por capitais vampíricos sedentos por valorização à custa da captura do fundo público, teve que se desresponsabilizar por muitas das medidas assistenciais que funcionavam como amálgama social. Portanto, hoje, o que existe nesse colapso em movimento é uma combinação de gestão social em decadência que combina programas sociais compensatórios residualizados com regimes de controle e vigilância militarizados. Importante ressaltar, ambos altamente vexatórios e violentos. O colapso da modernização não é o desmantelamento do capitalismo, mas o aprofundamento das contradições que dissolvem os fundamentos da própria sociabilidade sem nada pôr no lugar, exceto a gestão de riscos e a administração do seu próprio colapso. Essa situação de dissolução das formas sociais deixa naturalizadas as condições desse desabamento. Parece que, a partir do século XXI, esse tempo de catástrofes entrou em aceleração. Findou-se, de uma vez por todas, a gestão do bem-estar social. Estamos no tempo da gestão de um mal-estar generalizado, o fundamento da sociedade securitária do colapso administrado.

Nesse período, apesar da histórica formalização do emprego e da baixa recorde na taxa de desemprego (4,6% em dezembro de 2012), olhar somente para esses dados nos faz perceber erroneamente a questão. É preciso qualificá-los. A sociologia do trabalho, mesmo aquela mais assentada no marxismo tradicional, é elucidativa nesse aspecto. Quase 95% dos novos empregos criados na primeira década do século XXI não ultrapassaram 1,5 salário-mínimo (POCHMANN, 2014). Em 2014, quase a totalidade

dos novos postos de trabalho estavam nessa faixa de renda (BRAGA, 2017). Nessa mesma década, a taxa de rotatividade do trabalho aumentou cerca de 10%, em especial entre aqueles que ganham menos. Em 2009, entre os trabalhadores que recebiam até 1,5 salário-mínimo, essa taxa foi de 86%, um aumento de 42% em comparação com 1999 (POCHMANN, 2014). Além disso, entre 1996 e 2010, aumentou a taxa de terceirização do trabalho em uma média de 14% ao ano (BRAGA, 2016). A maior parte desses empregos foi gerada no setor de serviços, especialmente aqueles mais precários. Também nesse período se observou o aumento de acidentes de trabalho e de formas de adoecimento derivadas da atividade laboral. Consolidou-se, assim, o processo de degradação do trabalho (ANTUNES, 2018, p. 156). A classe trabalhadora brasileira, mesmo no boom de criação de empregos formais, isto é, entre 2004 e 2008, continuou oscilando entre o improvável acesso a um emprego estável e a inevitável viração, ou seja, o recurso a todos os meios disponíveis de criação de renda, tão característico do cotidiano dos trabalhadores acantonados nas periferias dos centros urbanos brasileiros (BRAGA, 2017, p. 166). Observou-se crescer, dessa forma, o novo proletariado de serviços, que se desenvolve com o trabalho digital, on-line e intermitente. Crescem concomitantemente o adoecimento e o padecimento por conta do trabalho cada vez mais precarizado e terceirizado (ANTUNES, 2018). Como identifica Ludmila Abílio (2018, p. 57) ao analisar as transformações recentes das trabalhadoras periféricas, “A viração é constitutiva do viver da classe trabalhadora brasileira e não é por si uma novidade. A novidade é que esses elementos constitutivos estão se generalizando pelas relações de trabalho”. O alerta de Chico de Oliveira (2003, p. 136) de que “o setor informal anunciaria o futuro do setor formal” já se tornou realidade.

Essa metástase revela a verdade do próprio capital. Arantes chama atenção para o admirável novo mundo do trabalho que se desenrola por aqui e para os “flextimers” (a expressão é do ensaio original), antagonistas e complementares aos “fariálimers” (a expressão é um meme recente). Nas palavras dele: “Novos campeões da flexibilidade que, [...] sob o novo regime global do risco, são aqueles que integram o coração de uma força de trabalho em permanente disponibilidade e que, portanto, estão a perigo, como se diz, caso não sejam conectáveis a qualquer momento e em qualquer lugar. [...] Sob o verniz *high-tech* do indivíduo isolado pronto para ser empregado em qualquer

circunstância, nada mais nada menos do que uma espécie de empregada doméstica à brasileira, devidamente globalizada” (ARANTES, 2004, p. 76).

II

Cenas para uma catástrofe (II)

Essa *característica brasileira* é o fundamento do que parece se expandir para o mundo todo e realiza efetivamente a brasilianização do mundo. *Estaríamos nos tornando um mundo sem nações sob o signo da periferização?*

Há vários produtos culturais que dão testemunho desse estágio avançado de colapso. Obviamente, esse processo tem sido documentado não só nas periferias onde vivem imigrantes ilegais na Europa, como no poderoso cinema de Pedro Costa ou no recente filme de Ladj Ly, *Les Misérables*, mas tem chegado também aos “nativos europeus”: o filme *Beautiful*, de 2010, é exemplar. Outros demonstram isso: Ken Loach, de Sebastian Schipper, Michael Haneke; o recente *La Fracture*, da diretora Catherine Corsini; ou o aclamado *Parasita*, de Bong Joon-ho. Até mesmo o cenário da China, celebrado por certa franja da esquerda, dá indícios desse processo, como no filme de 2018, dirigido pelo jovem Hu Bo, *Um elefante sentado quieto*.

Basta ver que nesses filmes está em curso uma convergência das formas periféricas. Um exemplo: há um recente filme, aqui de Contagem, que fez um relativo sucesso: *No coração do mundo*, dirigido e roteirizado por Gabriel e Maurílio Martins. A sinopse é a seguinte: em um bairro pobre e decadente, próximo a Belo Horizonte, os jovens sonham em sair da cidade para conseguir uma vida melhor. Mas, enquanto algumas pessoas tentam fazer um trabalho digno para alcançar seus sonhos e adquirir qualidade de vida, outras preferem ir pelo trágico caminho do crime, como é o caso dos protagonistas da película. O filme é de 2019. No ano seguinte, foi lançado o filme sul-coreano *Tempo de caça*. A sinopse é muito semelhante: em uma distópica Coreia do Sul, três amigos se unem para um assalto com o objetivo de fugir da situação miserável em que vivem. Em ambos os casos, as coisas dão errado — perdão pelo *spoiler*, assim, seco.

A oposição centro-periferia foi substituída por uma convergência de ambos que reproduz essa fratura constantemente em escalas cada vez mais moleculares. O tecido social se esgarça. Essa é a *brasilianização realmente existente* que já estava sendo anunciada por Arantes vinte anos atrás.

Poderíamos ficar tentados a encontrar as permanências dessa convergência das formas específicas do tempo de periferização do mundo. O Estado é reduzido ao papel de vigilância e punição; a violência se torna uma forma de mediação social; a reprodução material é marcada pela precariedade; há um ressentimento ostensivo que fermenta *bottom-up*; e eventualmente oferece algumas migalhas como compensação pela colaboração. O Brasil possui esse *sentido da catástrofe*, para mudar minimamente o título consagrado de Caio Prado Júnior (2011 [1942]). Como escreveu Arantes (2004, p. 34) no ensaio em questão, “seja como for, o fato é que o espantinho brasileiro acabou despontando no horizonte de um novo dualismo social *on the rise*”.

“Au pire, le Brésil”

Vale a pena nos determos um pouco sobre a sociedade francesa. Afinal, como já foi dito, esse também foi um ponto de observação de que Paulo Arantes (2004 [2001]) se valeu para pensar o ensaio. Sobretudo porque o século XXI mostrou ter grandes surpresas para o país. Muitas mudanças ocorreram entre o período que Paulo analisa e os dias atuais. Ainda que os anos seguintes da vitória do Ocidente já houvessem permitido à crise mostrar seus dentes: “mesmo num dos países mais prósperos da Europa, a nova riqueza estava produzindo novos pobres em proporções nunca vistas, bem como regiões industriais sinistradas, zonas rurais desertificadas, subúrbios transformados em guetos etc.” (ARANTES, 2004 [2001], p. 45). A esse cenário de segregação, Paulo chamou de “fraturas francesas”¹ — palavras que ficaram “na moda” da análise social francófona praticamente duas décadas depois com as publicações de Christophe Guilluy; chegaremos a esse ponto. Já estava flagrante essa “société duale” no mundo francês do trabalho, “rachado de alto a baixo entre um núcleo integrado de

¹ À época, Arantes (2004, p.55) já estava ciente que “a generalização das ditas fraturas estaria assumindo proporções brasileiras irreversíveis”. De lá pra cá, essa situação se agravou ainda mais.

trabalhadores politécnicos e a massa marginalizada dos precários, condenados inclusive a brigar pelo triste privilégio de vender serviços pessoais aos titulares de rendimentos estáveis” (ARANTES, 2004 [2001], p. 48). Os próprios franceses já estavam cientes do seu futuro: como escrevem Christian Bachmann e Nicole Le Guennec (1997, p.212): “Au pire, le Brésil”.

De lá para cá, a “*brésilianisation*” foi se tornando mais evidente, é fato. E, com olhos atentos e cabeça perspicaz, Paulo (2014) continuou perseguindo o rastro de pólvora até o “*alarme de incêndio no gueto francês*”. Na verdade, ficou difícil não olhar para a grossa coluna escura de fumaça que subia das *banlieues* parisienses em 2005. Um atônito ministro francês da Coesão Social achou se tratar de um raio em céu azul — engano ou má-fé, pouco importa: a coisa toda já vinha esquentando até entornar o caldo. Ocorreu em 2005 um dos episódios mais icônicos de explosão violenta, a apenas alguns quilômetros de distância da luxuosa Champs-Élysées. Claro, a despeito da surpresa do ministro, não era nenhuma novidade — já até vinha sendo cantada em verso e prosa pelo cinema francês, como no longa *La Haine* (Mathieu Kassovitz, 1995). Tudo começou com algo bem conhecido pelos brasileiros: a morte de dois jovens enquanto fugiam de policiais. O quebra-quebra durou três semanas e incendiou mais de trezentos subúrbios por toda a França — literalmente. Mais de dez mil carros foram incendiados e centenas de prédios públicos e privados foram depredados. Se no centro parisiense está gravado o lema nacional “Liberté, Égalité, Fraternité”, nas fachadas de prédios e em ímãs de geladeira, nas paredes dos HLMs periféricos outro slogan aparece, inscrito em pixações rápidas: “Nique la France! Nique la Police!”.

Os *banlieues* são verdadeiros *quartiers d'exil* para onde são deportados e trancafiados os excedentes, em que parece se ajuntar toda a ralé periférica francesa: “os sem diploma, ou, o que dá no mesmo, os portadores dos CAPs (Certificat d’Aptitude Professionnelle — Certificado de Aptidão Profissional) e BEPs (Brevet d’Études Professionnelles — Certificado de Ensino Técnico) da vida” (ARANTES, 2014, p. 201). Para gerir essas “populações entregues à erosão das várias precarizações” (ARANTES, 2014, p. 201), um *mix* de Estado Gerencial e Estado Policial — no final das contas, produzem os *banlieues* como alvos.

Para se ter uma ideia, a administração reconhece a existência no país de 752 zonas urbanas sensíveis (ZUS), nas quais se empilham aproximadamente 5 milhões de pessoas, na sua grande maioria franceses de origem árabe e africana, a um só tempo cadastrados nos mais diversos programas sociais compensatórios e alvo das formas mais vexatórias de vigilância e controle. (ARANTES, 2014, p. 215).

A quebradeira seguiu seu curso — o Estado francês instaurou estado de emergência. No dia 16 de janeiro de 2006 foi anunciada pelo Primeiro-Ministro uma suposta solução: *Contrat première embauche* (CPE — Contrato de Primeiro Emprego). A expectativa: garantir maior integração aos jovens no interior das instituições republicanas francesas. A realidade: “sinal verde para a precarização generalizada dos jovens nas salas de espera do impenetrável mundo do trabalho” (ARANTES, 2014, p. 259). Contudo, tal medida não surtiu muito efeito: de 2003 a 2010, o desemprego aumentou nas ZUS — chegando a cerca de um quarto da população das ZUS (ONZUS, 2011).

A legislação mudou em 2014 e a definição de Zonas Urbanas Sensíveis incluiu também os “*quartier prioritaires*”, para onde o Estado francês deveria canalizar seus esforços para a construção de diques no intuito de conter a desestruturação social que vinha se acumulando. A “*nouvelle géographie prioritaire de la France*” conta agora com praticamente mil e trezentas áreas que abrigam quase oito milhões de pessoas (ONPV, 2015). E daí parece ser desenhada toda sorte de “gestão da miséria”, ainda que com uma dimensão focalizada e residual, como já foi bem ensinado pelo Brasil — apesar, é claro, do gradativo crescimento (a população “contida” nessas áreas sensíveis e prioritárias praticamente dobrou em uma década).

O resultado — um tanto quanto já esperado — foi a guetificação dessas partes da cidade, aprofundando a fratura social até o ponto de ruptura (ou, melhor dizendo, até o ponto de “fratura exposta”). A discriminação, a segregação racial, além das sucessivas experiências de desrespeito reforçam o rebaixamento das expectativas desses indivíduos acantonados. Kokoreff e Lapeyronnie (2013) descrevem como o funcionamento dos serviços públicos nos subúrbios, as relações de dependência exercidas pelos assistentes sociais com famílias pobres, o lugar das economias subterrâneas na atmosfera dos bairros, o lugar e a função social da violência, as experiências vividas de indignidade, desprezo e injustiça, e a incapacidade de converter esses sentimentos em ação coletiva

conformam uma nova vivência urbana à la française: “le ghetto est une nouvelle configuration qui s’impose dans les cités” (KOKOREFF; LAPEYRONNIE, 2013, p. 116). É por esse caminho que Sloother (2019) explica as explosões de violência nos *banlieues* — essas continuam ocorrendo, aqui e acolá, como motins que desaparecem tão rápido quanto surgem, mas seguem dando sinal de que “algo segue seu curso”.

Experiências de humilhação, desesperança em relação ao futuro, ausência de emprego, presença violenta do Estado, economias criminais — o quadro se assemelha a qualquer periferia do terceiro mundo. O filme já citado, *Les Misérables*, do diretor Ladj Ly, é um excelente atestado da situação: a vida cotidiana no *banlieue* é regulada por diferentes regimes normativos que, embora não se hibridizem, são permeáveis uns aos outros: o do crime, o da religião, o do Estado, o do trabalho, o da assistência social etc. Gabriel Feltran (2011), estudando as periferias de São Paulo, apresenta essa teorização que aumenta sua capacidade explicativa para o assim chamado “norte global” à medida que a “brasilianização do mundo” continua avançando. Outro filme francês dá testemunho do mesmo processo: o longa de Cédric Jimenez, *Bac Nord*, um thriller de ação baseado na relação conflituosa de policiais corruptos e agentes criminais, se assemelha com as situações do Rio de Janeiro (o filme parece um *Tropa de Elite* em francês — se me for permitida essa derivação).

Seja como for, concentram-se nos *banlieues* características do *Brésil*. As periferias francesas se destacam do resto do país por causa dos “efeitos de concentração” que estão ocorrendo lá. Em 2016, 4,8 milhões de pessoas vivem nos 1.300 bairros prioritários da política urbana. A população desses bairros, que são mais restritos do que no passado, é — por sua própria definição — mais afetada pela pobreza do que o resto da população: 42% de seus habitantes têm um padrão de vida abaixo da linha de pobreza (enquanto, nas unidades urbanas que englobam esses bairros, esse é o caso de apenas 12% deles) com um nível de renda mediana 35% mais baixo. Ainda em comparação com as unidades urbanas que englobam esses bairros, pode-se ver: que os habitantes são mais jovens (6% a mais “menores de 15 anos”); que esses bairros têm uma proporção maior de população imigrante (11% a mais); que abrigam mais famílias monoparentais (7% a mais); que têm maior dificuldade para entrar no mercado de trabalho (a taxa de desemprego é três vezes maior do que a média nacional, uma em

cada cinco pessoas empregadas tem um contrato precário e 58% das mulheres estão desempregadas, ou seja, 17% a mais do que nas unidades próximas). Ainda, devemos somar nesse quadro a situação das pessoas “indocumentadas” que continuam invisíveis às estatísticas oficiais (TRUONG, 2022).

Vale ser destacado: os efeitos da *brésilianisation* não se restringem aos locais onde são mantidos os imigrantes árabes e africanos. Esse é apenas um lado do processo. O outro, complementar — e, ao mesmo tempo, uma espécie de reação —, é o descrito pelo geógrafo Christopher Guilluy. Trata-se, verdadeiramente, de *fractures françaises*. Guilluy (2014) percebe que a dinâmica de desenvolvimento francês produziu uma cisão no interior da sociedade francesa que não é só explicada pelos *banlieues*. Trata-se de uma oposição entre os territórios mais dinâmicos e a França onde se concentram fragilidades sociais para “franceses nativos” (p. 19). Para o autor, essa fratura social e cultural, resultante de uma espécie de “divórcio entre as elites cosmopolitas” e o “povo sedentário” fez emergir um extremo “malaise démocratique” (p. 58). O que o autor chama de uma “France périphérique, sédentaire et populaire” não se refere “exclusivement les banlieues sensibles mais aussi les petites villes” (p. 125), locais onde se concentram as votações aos partidos de extrema direita, com posturas violentas aos imigrantes, de retórica xenofóbica. Essa reação emerge quando finalmente a antiga classe trabalhadora francesa, agora sem trabalho e relegada a um lento esquecimento, toma consciência de sua condição. Já não há mais “classe média” francesa, o que faz fermentar um tremendo ressentimento (GUILLUY, 2018).

As ilhotas já não funcionam como miragem para a maior parte da população, que passa a tomar conhecimento de que não será convidada para a festa cosmopolita que se monta no coração de Paris. Como nota Guilluy (2020), o fato de as classes média e trabalhadora estarem se tornando mais precárias nas periferias só poderia provocar um movimento de rejeição dessa festa. Quem foi mantido de fora agora quer barbarizar. “Le monde des périphéries populaires n’est pas le fruit d’une utopie, encore moins la résurgence d’un monde ancien, mais le cadre cohérent dans lequel la société doit se renouveler” (GUILLUY, 2020, p. 95).

Fora da ordem e com progresso

Brasil. De um lado, um país que está assentado na busca de ordem, mas sabe muito bem que esse ordenamento só tem validade nos poucos milímetros de profundidade da superfície dos fenômenos sociais. Logo abaixo corre uma violência desrecalcada e brutal que é, ao mesmo tempo, invisibilizada e celebrada. Violência própria do Brasil-Catástrofe. De outro, um país desejoso de progresso. Todos os cidadãos ansiosos pelo colaboracionismo de crise que devem enfrentar como pedágio para, talvez, se incluírem no diminuto buraco de agulha que se tornou a socialização do valor. Para tanto, vale toda sorte de violência, trambique e golpe. De todos os lados, é claro.

Valeria notar, como fez Wellington Cançado (2011), em um texto para a revista *Piseagrama*, que a cidade de Progresso, em Mato Grosso, às margens da MT 358, é, de certa maneira, a síntese concreta dessa dialética:

Apesar de sua insignificância urbana e sua evidente condição periférica, Progresso localiza-se numa das regiões com maior produção global de soja, no epicentro das plantações que avançam em direção ao cerrado, ao pantanal e à floresta no Brasil, desafiando de forma eloquente as tradicionais categorias de centro e periferia, ao mesmo tempo que, como o próprio nome indica, reafirma a eterna vocação brasileira para o progresso.

Adorno (1992 [1969]) estava bem ciente de que o progresso carrega em seu próprio bojo a decadência. Segundo o filósofo alemão: “A decadência é o ponto nevrálgico no qual a consciência incorpora como tal a dialética do progresso” (ADORNO, 1992 [1969] p. 226). Com certeza, o Brasil progrediu carregando esse elemento constitutivo. Talvez a melhor representação dessa realidade seja a música *Fora da ordem*, de Caetano Veloso:

Aqui tudo parece
Que era ainda construção
E já é ruína
Alguma coisa
Está fora da ordem
Fora da nova ordem
Mundial

Fora da ordem porque o centro está passando por um processo de periferização, o que contradiz toda a *ordem* pressuposta da modernidade — à direita, é claro, mas também à esquerda. Então, nesse cenário de acúmulo de ruínas, já não há mais tempestade que sopra e bata nas asas abertas do anjo da história — porque só há um presentismo sufocante. Entre as ruínas, a gramática só permite conjugar os verbos no futuro do pretérito: um país que poderia ter sido e que não foi.

Que tempo é este? Ora, o novo tempo do mundo descrito e analisado por Paulo Arantes (2014) tem dessas coisas. A expressão, como conta o nosso professor que sempre dá de bom grado as referências do que pensa — seguidas, é óbvio, dos seus comentários —, é do historiador Fernand Braudel. Tempo vivido é esse tempo vivido nas dimensões do mundo. Recentemente, Arantes notou que, no Brasil, é muito raro o tempo ser vivido nas dimensões do mundo. Por quê? Porque é o mundo que tem vivido o tempo nas dimensões da catástrofe brasileira.

Continuamos, portanto, na vanguarda. Outra vez, um laboratório e tanto do famigerado colapso (não mais desenvolvimento), desigual e combinado com um capitalismo que parece continuar o mesmo, embora a cada rodada desça um pouco mais na espiral em que se encontra.

Brésilianisation du Monde

O ritmo de brasilianização do mundo é resultado do processo contraditório pelo qual o capital deve se desenvolver. Tal como descoberto por Robert Kurz (1993 [1991]), a dialética do capital implica uma dessubstancialização da forma historicamente constituída de mediação intersubjetiva. Isso instaura um processo de *colapso da modernização* no qual a ideologia legitimadora da sociedade produtora de mercadoria parece se esvaír. A modernização retardatária dos países colonizados começa a falhar antes mesmo de se concretizar efetivamente. É essa condição periférica (CANETTIERI, 2020) que parece se universalizar. Como afirmou Paulo Arantes (2019, s.p.) em uma recente entrevista, “le centre organique du système, qui a également commencé à se périphériser avec l’implosion continue de la société de travail”.

Aqui, vale destacar que quando Paulo Arantes desenvolve a ideia de uma *universalização da periferia*, ele está afirmando a paradoxal situação: a periferia foi alcançada pelo desenvolvimento do centro (MENEGAT, 2023, p.97). Ou seja, na topologia do colapso da modernização, a periferia estaria à frente do centro e, ao passo do aprofundamento desta crise, é o centro que está *cathichg-up* a periferia. A forma particular da “não formação positiva das categorias fundamentais” (ALFREDO, 2013) do capitalismo na periferia parece dar régua e compasso para a maneira pela qual a crise se desenvolve e generaliza a negatividade dessas categorias. Se essa “não formação positiva” das categorias do capitalismo na periferia não são, como escreve Marildo Menegat (2023, p.123), “a cópia retardada das do centro”, o desenvolvimento da crise parece subtrair qualquer positividade dessa forma social e, dessa maneira, produz os efeitos deletérios da sociabilidade em dissolução.

Dever-se-ia tornar límpida a relação entre crise do trabalho e a brasilianização do mundo. Por ora, contentemo-nos com o reconhecimento dessa conexão. A crise do trabalho gerada no colapso da modernização produz um novo tempo do mundo do trabalho. Já não é o emprego fordista que aparece como a manifestação essencial do trabalho; agora, paradoxalmente, a imagem do emprego se dá por meio do desemprego: flexibilidade, empreendedorismo, ralação, criminalidade. Tudo vale para manter a cabeça fora dá’gua e não se afogar nessa debacle. A posição que o trabalho ocupou, como uma categoria determinante da sociabilidade moderna, o faz ser a forma básica de mediação social, o meio pelo qual se garantem a reprodução material dos indivíduos e a formação e consolidação do reconhecimento intersubjetivo. Essa nova identidade, baseada num trabalho disforme, implica rupturas estruturais com as formas pelas quais os membros da sociedade produtora de mercadoria foram socializados. A forma-valor que garantiu a aderência dessa sociabilidade, ao entrar em crise, coloca uma parcela gigantesca da humanidade em uma condição de superfluidade ao mesmo tempo que, conquanto em crise, vale destacar, está impedida a emergência de novas relações sociais². Ulrich Beck (2000), ao analisar o “*brave new world of work*”, se refere a um processo de “brasilianização”. Longe de ser um “vestígio pré-moderno”, o Brasil, ao

² Como escreveu Marildo Menegat (2023, p.127): “Como o trabalho abstrato é uma categoria fundante da forma social, qualquer mudança sua é uma alteração da totalidade. Numa sociedade regida por formas abstratas como a mercadoria, o dinheiro etc., em que a sociabilidade depende de uma colocação na vida econômica, perder o emprego hoje em dia é bem mais do que ficar momentaneamente no prejuízo”.

contrário, antecipa as características mais recentes dos mercados de trabalho no capitalismo contemporâneo, inclusive em países onde as instituições do Estado de bem-estar social estavam consolidadas. A tendência mais marcante para Beck seria o “desemprego recorrente”, em que a situação de um indivíduo no mercado de trabalho seria caracterizada por uma espécie de “pluriatividade nômade”. Chico de Oliveira (2003) chamou isso de “trabalho sem forma”. O mundo caminha em direção à substituição da combinação entre emprego sustentável (e protegido) e desemprego casual (também protegido) por outro modelo: longos períodos de inatividade (socialmente desprotegido, porque os sistemas de proteção social estão se deteriorando) são cada vez mais intercalados com eventuais trajetórias de atividade em diferentes áreas. A cena de abertura do mais recente longa-metragem de Ken Loath (*Sorry we missed you*, 2019) é um retrato dessa condição no coração da Inglaterra.

Eu já fiz de tudo. Você escolhe, eu já fiz. Na maioria das vezes, trabalho de construção. Trabalho de terra. Er... Drenagem. Desenterrar, marcações. Concretagem, coberturas. Pavimentação, sinalização. Canalização, marcenaria. Eu até já cavei sepulturas. Já fiz de tudo.

O personagem principal, Rick, elenca suas experiências de trabalho-nômade antes de embarcar em mais uma: agora, no ramo das entregas, um trabalho plataformizado, inseguro, precário e que paga mal. Seu empregador faz questão de frisar “*There's no employment contracts. There's no performance targets*”. Situação que é uma velha conhecida para nós, brasileiros, mas que parece deixar boa parte do velho continente de cabelos em pé. Portanto, parece existir algo de verdade na ideia de que o Brasil está oferecendo a unidade sintética para compreender as transformações no mundo. Ou, como escreve novamente Paulo Arantes (2019, s.p.), “le Brésil se transforme en un prisme capable de refléter le monde en un symptôme privilégié, si nous pouvons parler ainsi, de la crise aiguë que traverse le système capitaliste dans toutes ses dimensions”.

Ocorre uma reconfiguração da própria semântica histórica que organizava o mundo. A separação entre os “modernos” e os “atrasados” já não faz mais sentido. Como escreve Hochuli (2021, s.p.), “o Sul e o Norte globais não são mais, portanto, avatares do passado e do presente, com o primeiro lentamente alcançando o segundo, mas agora parecem existir na mesma temporalidade”, em um presentismo sufocante que faz

deflacionar as expectativas em relação ao futuro (ARANTES, 2014). Esse novo tempo do mundo tem implicações importantes que são sintetizadas por François Hartog (2013 [2003], p. 148):

Para o desempregado, um tempo cotidiano, sem projetos possíveis, é um tempo sem futuro. Para esses homens sem futuro, o tempo parece se aniquilar, pois o trabalho assalariado é o suporte, se não o princípio, da maior parte dos interesses, das expectativas, das exigências, das esperanças e dos investimentos no presente, assim como no futuro ou no passado que ele envolve. O desemprego contribui fortemente para o confinamento no presente e para um presentismo, agora penoso e desesperado.

A realidade descrita por Hartog não é válida apenas para a dimensão subjetiva — trata-se de uma “troca de sinais” em relação à expectativa que perpassa toda a sociedade. Não é apenas o ex-trabalhador e permanente desempregado que perde sua noção de futuro. O planeta inteiro tem que se haver com a espada de Dâmocles da periferação pendendo sobre as suas cabeças. Os países de capitalismo central, com o desenvolvimento da crise do capital, passam a se assemelhar cada vez mais às sociedades periféricas e a suas formas sociais incompletas — afinal, boa parte das formas sociais autóctones foram destruídas para a imposição da lógica da mercadoria sempre em frangalhos, já que a constante superexploração violenta vinda dessa integração da desintegração sempre foi uma necessidade do sistema-mundo.

Com a crise, então, ocorre uma “verdadeira periferação do Centro” (ARANTES, 2004 [2001], p. 37). As formas periféricas passam a se manifestar nos países centrais, com o encolhimento das camadas intermediárias, erosão da qualidade de vida, aumento do desemprego e a formação de bolsões de trabalhadores mal pagos e superexplorados. As periferias funcionam como “laboratoires préfigurant l’éclosion de situations identiques au Nord” (AZAIS, 2015, s.p.).

Essas formas são marcadas pela precarização da vida de massas crescentes, a disseminação da violência (do Estado, de forças criminais e suas expressões moleculares). Oliver Nachtwey (2018) abalou a opinião pública ao demonstrar o declínio social em curso em seu país, resultado da crise de 2008, que transformou a Alemanha, “o coração da Europa”, em um cenário de ruptura social, porque dissolveu o

horizonte de um trabalho estável e digno. Todos esses autores apontam para a nova convergência perversa do mundo e para o modo por meio do qual as condições da reprodução da vida se degradam a tal ponto que a vida periférica se torna o critério final. Se antes essa condição periférica se manifestava quase que exclusivamente nas áreas de imigrantes, agora essa condição se generaliza também sobre as famílias europeias. Acompanhado desse fenômeno de declínio social, o ressentimento ostensivo parece crescer cada vez mais — a ponto de entornar o caldo e estarmos observando a adesão desses “nouveaux périphériques” ao discurso xenófobo e de extrema direita (GUILLUY, 2020). Mihály (2022) nota que a ascensão da direita radical na Alemanha e na Hungria está ligada ao descontentamento exatamente de habitantes das áreas periféricas — são indivíduos e famílias com um “deep-rooted feeling of being left behind”. Com frequência esse sentimento intenso de autodepreciação explode em motins violentos, como os vistos nas periferias parisienses (BEAUD; PIALOUX, 2006).

Este é o contexto da brasilianização: um modelo de organização da instabilidade e do horror cotidiano que a crise do capitalismo passou a produzir em todos os quadrantes do planeta (MENEGAT, 2023, p.126).

De um lado, disseminam-se técnicas violentas e vexatórias de gestão de populações, formando um novo paradigma securitário de gestão para essa sociedade em colapso. Rotinizam-se as situações de urgência em que o Estado passa a atuar de maneira discricionária. De outro — mas não em oposição, e sim, ao contrário, formando um *continuum* —, tem-se uma administração ad hoc do colapso que passa para outros “gestores” do social colapsado. A característica primordial dessa condição é a “desinstitucionalização” das instituições: a gestão passa agora por outros atores (de movimentos sociais a forças criminais, passando por agentes corruptos do Estado — sobretudo forças policiais — até agentes do assim chamado terceiro setor, de empresas especializadas a grupos religiosos). Se produz “um novo tipo de aparição das desigualdades e da pobreza” (MENEGAT, 2023, p.128).

A precariedade constitutiva da periferia e a preponderância da necropolítica e de várias formas de gestão da população em um cenário ruiforme se tornaram a regra. Nesse horizonte colapsado sob o domínio total da forma-capital sobre a vida social, observa-se o achatamento na experiência da realidade, corroída pela dissolução das formas sociais.

A condição periférica, que se universaliza, coloca em evidência a precariedade como o grau zero da sociedade da modernidade tardia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÍLIO, Ludmila. 2018. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. *Margem Esquerda*, n.31, pp. 54–59.
- ADORNO, Theodor. 1992 [1969]. Progresso. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v.27, pp. 217–236.
- ANTUNES, Ricardo. 2018. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- ARANTES, Paulo. 2004 [2001]. A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização. In: *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad.
- ARANTES, Paulo. 2014. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era de emergências*. São Paulo: Boitempo.
- ARANTES, Paulo. 2019. L'autre sens: une théorie critique à la périphérie du capitalisme. (Entrevista). *Revenue Variations*, vn.22, s.p.
- AZAÏS, Christian. 2015. Le brouillage des frontières de la société salariale dans les Amériques et au-delà: une lecture des transformations du travail dans un globalising world, *IdeAs* [Online], 5.
- BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. 2006. Rebeliões urbanas e desestruturação das classes populares — França, 2005. *Tempo Social (Revista de Sociologia da USP)*, 18(1), pp. 37–59.
- BECK, Ulrich. 2000. *The brave new world of work*. Cambridge: Polity.
- BRAGA, Ruy. 2017. *A rebeldia do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- CANETTIERI, Thiago. 2020. *A condição periférica*. Rio de Janeiro: Consequência.
- CANÇADO, Wellington. 2011. Em progresso. *Piseagrama*, n.02, pp. 36–39.
- CARDOSO, Adalberto. 2014. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: Amazon.
- DAMON, Julien. 2017. *Un monde de bidonvilles: migrations et urbanisme informel*. Paris: Seuil.
- DAVIS, Mike. 2004. Planet of Slums, *New Left Review*, n.26.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. 2003. *Zigue-Zague: Ensaio*. Rio de Janeiro: Imago.
- FELTRAN, Gabriel. 2011. *Fronteiras de tensão*. São Paulo: Editora Unesp.
- GONIK, Sophie. 2011. Disciplining the metropolis: Grand Paris and the Banlieue. *Berkeley Planning Journal*, 24 (1), pp. 26–25.

- GUILLUY, Christophe. 2014. *La France périphérique: comment on a sacrifié les classes populaires*. Paris: Flammarion.
- GUILLUY, Christophe. 2018. *No society: la fin de la classe moyenne occidentale*. Paris: Flammarion.
- GUILLUY, Christophe. 2020. *Le temps de gens ordinaires*. Paris: Flammarion.
- HOCHULI, Alex. 2021. The Brazilianization of the World. *American Affairs Journal*, v.5(2).
- KOKOREFF, Michel; LAPEYRONNIE, Didier. 2013. *Refair la Cité, L'avenir des banlieues*. Paris: Seuil.
- KURZ, Robert. 1993 [1991]. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra.
- LEFEBVRE, Henri. 1992 [1968]. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática.
- MENEGAT, Marildo. 2023. Chegando na hora para o desmoroamento do mundo (posfácio). In: ARANTES, Paulo. *A fratura brasileira do mundo*. São Paulo: Editora 34.
- MIHÁLY, Melinda. 2022. Peripheralization, Political Discontent, and Social and Solidarity Economy—Case Studies From Rural Hungary and Germany. *Frontiers in Political Sciences*, 3(7).
- NACHTWEY, Oliver. 2018. *Germany's hidden crisis: social decline in the heart of Europe*. London: Verso Books.
- OLIVEIRA, Francisco. 2003 [1972]. *Crítica da razão dualista*. São Paulo: Boitempo.
- ONPV, Observatoire National de la politique de la ville. 2015. *Rapport de l'Observatoire National de la Politique de la Ville*. Paris.
- ONZUS, Observatoire National des Zones Urbaines Sensibles. 2011. *Rapport de l'Observatoire National des Zones Urbaines Sensibles*. Paris.
- POCHMANN, Márcio. 2014. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo.
- PRADO JR., Caio. 2011 [1942]. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto. 1999. Fim de século. In: *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Cia das Letras.
- SLOTTER, Luuk. 2019. *The making of Banlieue: an ethnography of space identity and violence*. London: Palgrave Macmillan.
- TRUONG, Fabien. 2022. Banlieues. In:Didider Fassin (Org.). *La société qui vient*. Paris: Seuil.